

CPI dos Lixões na Alesp aponta falhas fiscalizatórias e propõe ações corretivas

DOSSIÊ

CPI dos Lixões na Alesp aponta falhas fiscalizatórias e propõe ações corretivas

Documento é assinado pelo deputado estadual Thiago Auricchio (PL)

WILSON GUARDA
wilsonguarda@dgabc.com.br

Oitenta por cento dos aterros sanitários fiscalizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Lixões na Assembleia Legislativa de São Paulo e apresentaram irregularidades operacionais e que parte deles opera sem licença ambiental da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). A informação consta do relatório final da CPI apresentado ontem. O dossiê, assinado pelo deputado estadual Thiago Auricchio (PL), relator do caso, aponta desafios na fiscalização e direciona encaminhamentos a órgãos federais, estaduais e municipais.

"A CPI demonstrou que o problema dos lixões vai muito além da questão ambiental. Estamos falando de saúde pública, qualidade de vida e eficiência da gestão pública. Nosso compromisso foi transformar

esse diagnóstico em soluções concretas para o Estado de São Paulo", afirmou Thiago Auricchio, que tem domicílio eleitoral em São Caetano, ao apresentar o documento.

Uma das principais conclusões da CPI é a de que ainda existem municípios em São Paulo que fazem a destinação de resíduos sólidos de forma inadequada. Segundo a apuração, os 44,6 milhões de habitantes das 645 cidades paulistas geram 40 mil toneladas de lixo por dia. Relatórios, dados, fotos, fiscalizações e outros documentos obtidos pelos deputados comprovam que há falhas de fiscalização que afetam diretamente a saúde coletiva, o meio ambiente e os direitos fundamentais da população, especialmente daquela inserida nos grupos sociais mais vulneráveis.

Entre as recomendações propostas pelo relatório final está a solicitação ao procura-

dor-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, chefe do MP-SP (Ministério Público de São Paulo), da adoção de medidas como a abertura de investigação para apurar as condições de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos apontadas em relatório do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) em 203 municípios – onde consta a informação da porcentagem dos aterros sanitários com irregularidade.

Também como resultado dos trabalhos, a CPI apresentou dois projetos de lei e uma proposição de resolução, incluindo a criação do Programa Renova SP e a obrigatoriedade do monitoramento do transporte de resíduos por sistemas de telemetria. O relatório ainda recomenda investigações sobre irregularidades identificadas durante a comissão e a atualização dos Planos Municipais de Gestão Integrada de

Resíduos Sólidos.

As investigações ainda mencionam as sucessivas prorrogações de prazo dado pela legislação federal para acabar com os lixões no Brasil – este tipo de equipamento deveria estar extinto desde 2014. "Este relatório não encerra os trabalhos da CPI. Pelo contrário, entrega um conjunto de propostas e encaminhamentos para que os órgãos competentes deem continuidade às ações e transformem esse trabalho em resultados", citou o são-caetanense.

Por fim, Thiago Auricchio propôs que seja realizado o encaminhamento do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito ao governo do Estado, aos ministérios, ao TCE-SP, à Defensoria Pública e aos demais órgãos competentes, além de fazer recomendações para ampliar a fiscalização de agências reguladoras e de outras instituições.

Os trabalhos de apuração da CPI na Assembleia Legislativa começaram em março. Além de Thiago Auricchio, o grupo era composto pelos deputados estaduais Carlião Pignatari (PSD), presidente, e o Delegado Olim (Progressistas), vice-presidente.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional Pagina: 4